

DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v15i36.10470>

OBSTÁCULOS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

OBSTACLES IN THE PROFESSIONALIZATION OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Julia Oliveira Barros

Universidade de Aveiro

E-mail: julia.barros@ua.pt

Rui Neves

Universidade de Aveiro

E-mail: rneves@ua.pt

Eduardo Ravagni

Universidade de Brasília

E-mail: ravagni@uol.com.br

RESUMO

Conhecer as barreiras à inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino profissional brasileiro constitui-se objetivo desta revisão integrativa da literatura, cuja pergunta norteadora é: Quais os obstáculos para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na formação profissional no Brasil? Iniciou-se com uma revisão exploratória, nas bases de dados Scopus, ERIC, SciElo e CAPES, utilizando os descritores “deficiência intelectual”, “formação profissional” e inclusão e os respectivos termos em inglês e espanhol. Identificou-se, então, 5 periódicos, validados por experts, que publicaram entre janeiro de 2011 a abril de 2022, 3.268 artigos. Após a leitura dos títulos nos sumários, excluiu-se 3.237 por não tratarem do tema. Dos 31 artigos restantes excluiu-se 17 após a leitura dos resumos, por não apresentarem relação com o objetivo e/ou pergunta norteadora. Após a leitura na íntegra, dos 14 artigos restantes, excluiu-se 6 por não atenderem os critérios de inclusão, sendo o corpus da revisão, composto por 8 artigos. Os obstáculos apontados nos estudos foram categorizados em: o aparato legal; o baixo nível de escolaridade; o ambiente educacional; o método de ensino e a avaliação; baixo investimento na formação continuada de professores; e pouco apoio familiar. Considera-se necessário ampliar o acesso para este público no ensino profissional e recomenda-se o estabelecimento de parcerias entre Escolas da Educação Especial e Escolas Profissionais, onde o nível de escolaridade não seja pré-requisito para o acesso, com novas metodologias de ensino e avaliação, que viabilizem a permanência e o sucesso destes estudantes no ensino profissional.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Formação Profissional; Inclusão.

ABSTRACT

Knowing the barriers to the inclusion of people with intellectual disabilities in Brazilian vocational education is the purpose of this integrative literature review, whose guiding question is: What are the obstacles to the inclusion of people with intellectual disabilities in vocational training in Brazil? It began with an exploratory review, in the Scopus, ERIC, SciElo, and CAPES databases, using the descriptors "intellectual disability," "vocational training," and inclusion and the respective terms in English and Spanish. We then identified 5 journals, validated by experts, which published between January 2011 to April 2022, 3,268 articles. After reading the titles in the abstracts, 3,237 were excluded for not dealing with the topic. Of the 31 remaining articles, 17 were excluded after reading the abstracts because they were not related to the objective and/or guiding question. After reading the full text, of the 14 remaining articles, 6 were excluded for not meeting the inclusion criteria, and the review corpus was composed of 8 articles. The obstacles pointed out in the studies were categorized as: the legal apparatus; the low level of schooling; the educational environment; the teaching and assessment methods; low investment in the continuing education of teachers; and little family support. It is considered necessary to expand the access of these students in professional education and it is recommended the establishment of partnerships between Special Education Schools and Professional Schools, where the level of schooling is not a prerequisite for access, with new teaching and assessment methodologies, to enable the permanence and success of these students in professional education.

Keywords: Intellectual Disability; Vocational Training; Inclusion.

Introdução

No decorrer da história, a vida das pessoas com deficiência foi marcada pela intolerância, invisibilidade e assistencialismo, que culminou na sua exclusão, segregação e integração nos ambientes educacionais (MINAYO; DEMO; SILVA, 2020).

Na atualidade, a temática da inclusão tem sido amplamente discutida, e apresenta um arcabouço teórico fortemente assentado no viés do respeito à diferença e à diversidade. No campo educacional, garantir acesso, igualdade, respeito à diversidade, e atendimento das necessidades educativas específicas tem sido uma forma constante de enfrentamento da exclusão, segregação e integração de crianças, jovens e adultos, com ou sem deficiência.

Ainscow (2005) já considerava que a educação inclusiva devia preocupar-se com a identificação e remoção das barreiras à presença, participação e desempenho de todos os estudantes, dando ênfase aos grupos em risco de marginalização, exclusão ou fracasso. Enquanto Rodrigues (2006) ressalta que o conceito de inclusão educacional implica também na rejeição da exclusão de qualquer estudante da comunidade escolar.

Ainscow (2020) apresenta três justificativas que reforçam a importância de tornar as escolas mais inclusivas: a justificativa educacional, a justificativa social e a justificativa econômica. A justificativa educacional considera que educar todas as crianças juntas significa que as escolas precisam ensinar de forma que respondam às diferenças individuais de cada estudante; a justificativa social tem como princípio que, educando todas as crianças juntas, pode promover mudança de atitudes quanto à diferença, formando uma base para uma sociedade justa e não discriminatória; a justificativa econômica reflete sobre a probabilidade de que seja menos dispendioso estabelecer e manter escolas que eduquem todas as crianças juntas do que criar um complexo sistema de diferentes tipos de escola especializado em determinados grupos de crianças.

O autor afirma que encontrar maneiras de incluir todas as crianças nas escolas é o maior desafio contemporâneo enfrentado em todo o mundo, ainda que

nos últimos 30 anos, foram envidados esforços internacionais¹ para incentivar sistemas educacionais inclusivos.

Apesar dos esforços, Florian (2019, p. 692) considera que “não tem sido fácil velejar, embora cada país possa apontar bons exemplos de boas práticas inclusivas, há aqueles em que a prática é menos desenvolvida ou inexistente”.

Em 2021, Glat e Estef observaram que estudantes brasileiros com Deficiência Intelectual - DI no ensino regular, não tinham experiências escolares satisfatórias, que garantissem participação, aprendizagem e inclusão social.

Nesse contexto, à medida em que estudantes com DI não se adequam à dinâmica e às práticas pedagógicas da escola regular, que por sua vez não adapta ou flexibiliza currículos para atender suas necessidades educativas específicas, são encaminhados para instituições especializadas (GLAT, 2009; GLAT, ESTEF 2021; RICHLER, 2017).

No Brasil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae desenvolve um trabalho importante com DIs no âmbito do acolhimento, socialização e construção de conhecimento, entretanto, uma das críticas a esta instituição é que, por não seguir as diretrizes curriculares e ter terminalidade indefinida, ela torna-se um fim em si. Historicamente, os seus estudantes não recebem certificação para avançar na trajetória escolar, no ensino profissional ou para o mercado de trabalho. Permanecem instituídos indefinidamente, sem perspectiva de futuro, apenas para ocupação do tempo livre, tanto para não adoecerem em suas casas, isolados do convívio social, como para não ficarem perambulando pelas ruas da cidade, na idade adulta, sem nenhuma perspectiva de futuro (GLAT, ESTEF, 2021; IACONO, 2016; RODRIGUES, PASSERINO, 2018).

Para Iacono (2016) dentre todas as deficiências, as pessoas com DI, principalmente os que têm comprometimentos mais acentuados, têm encontrado os maiores obstáculos à sua inclusão educacional e socioprofissional.

Apesar do aumento da participação escolar desse público, ao longo dos anos, na educação básica e, também, da diminuição de matrículas nas escolas exclusivas

¹ O autor refere-se à Declaração da EFA – 1990, reafirmada em 2000 no Fórum Mundial de Educação, a Declaração de Salamanca – 1994 e a 48ª Conferência Internacional da Educação e a Declaração de Incheon - 2015.

de Educação Especial, é relevante destacar o número de pessoas com DI que se encontram, há anos, institucionalizadas, longe da educação regular, preconizada no modelo de educação inclusiva (FREDERICO; LAPLANE, 2020).

Para as autoras, é necessário considerar que esse grupo representa ainda o menor índice de alfabetização entre as pessoas com deficiência, o que dificulta o seu avanço na escolarização, na profissionalização e, conseqüentemente, no acesso ao mundo do trabalho.

Diante da importância de se pensar estratégias para a inclusão socioprofissional dessa população, este trabalho refere-se a uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi identificar, na produção científica publicada, os fatores que se colocam como barreiras para a inclusão da Pessoa com Deficiência Intelectual - PcDI no ensino profissional brasileiro.

Considera-se que identificar os obstáculos que permeiam a profissionalização da PcDI é um contributo importante, que possibilitará traçar alternativas para removê-los ou minimizá-los, no intuito de garantir, para além do acesso, a permanência e o sucesso desses estudantes que almejam uma profissionalização.

Metodologia

A revisão integrativa da literatura, possibilita um amplo entendimento de um determinado fenômeno a partir de estudos anteriores, além de permitir reflexões e apontar lacunas que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Assim, considerando as etapas de uma revisão de literatura, iniciou-se com a elaboração do protocolo de revisão, onde definiu-se: i) a questão; ii) o objetivo; iii) a estratégia; e iv) os resultados da pesquisa.

Em seguida elaborou-se a pergunta norteadora com a utilização da estratégia PICO, considerando, de acordo com Santos, Pimenta e Nobre (2007), que ela promove uma busca rigorosa das evidências científicas relacionadas ao objeto. PICO é um acrônimo onde a letra P (*population*) refere-se à população, a letra I

(*intervention*) corresponde a intervenção, C (*comparison*) indica comparação e a letra O (*outcome*) está relacionada aos desfechos esperados. O acrônimo então, foi assim estabelecido: P – pessoas com DI, I – formação profissional, C – não se aplica, O – Identificar os obstáculos para a inclusão das pessoas com DI na formação profissional no Brasil.

Nesse contexto, formulou-se a pergunta norteadora: Quais são os obstáculos para a inclusão de PcDIs na formação profissional no Brasil?

A partir da pergunta norteadora, procedeu-se, então, uma revisão exploratória nas bases de dados Scopus, ERIC, SciElo e também no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação (CAPES/MEC), com os seguintes descritores “deficiência intelectual” (português), “intellectual disability” (inglês), “discapacidad intelectual” (espanhol), “formação profissional”, (português) “vocational training” (inglês), “formación profesional” (espanhol), inclusão (português), inclusion (inglês), integración (espanhol).

Esta revisão exploratória ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022 e teve como objetivo conhecer os periódicos da área, onde artigos sobre o referido tema foram publicados com maior frequência, e seus respectivos autores.

Em seguida, foram selecionados cinco periódicos com fator de impacto entre A e B1, para os quais solicitou-se a três *experts*, identificadas na revisão exploratória, que validassem a seleção, para então, iniciar-se à busca manual de artigos publicados, nos periódicos validados, nos últimos 11 anos. Essa busca ocorreu entre os meses de março e abril de 2022 (Quadro 1).

Além de estarem publicados em um dos periódicos apresentados no Quadro 1, no período compreendido entre o ano de 2011 a abril de 2022, foram estabelecidos outros critérios de inclusão para a presente revisão, a saber: artigo publicado nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis em acesso aberto e na íntegra, que retratasse somente experiências brasileiras, que abordasse experiências em contexto de qualificação, capacitação, programa ou curso voltado à formação profissional da PcDI, no âmbito da Escola Especial, Regular ou demais Instituições que prestam atendimento a esta população.

Quadro 1 – Identificação dos periódicos selecionados e validados para a revisão

Periódicos		Instituição	Fator de Impacto
01	Revista Brasileira de Educação Especial (Rev. Bras. Ed. Esp.)	Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial	A1
02	Revista Educação Especial (Ver. Ed. Esp.)	Universidade Federal de Santa Maria	A2
03	International Journal of Disability, Development and Education (IJDDE)	Universidade de Queensland	A2
04	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE)	Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e Universidad de Alcalá de Henares	A2
05	Journal of Research in Special educational Needs (JORSEN)	Associação Nacional para Necessidades Educacionais Especiais	B1

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os critérios de exclusão relacionados aos artigos encontrados foram: não responde à pergunta norteadora; retrata experiências desenvolvidas fora do Brasil; a deficiência em questão não é a intelectual e relatos de estudos sobre outras modalidades de ensino que não dizem respeito ao ensino profissional.

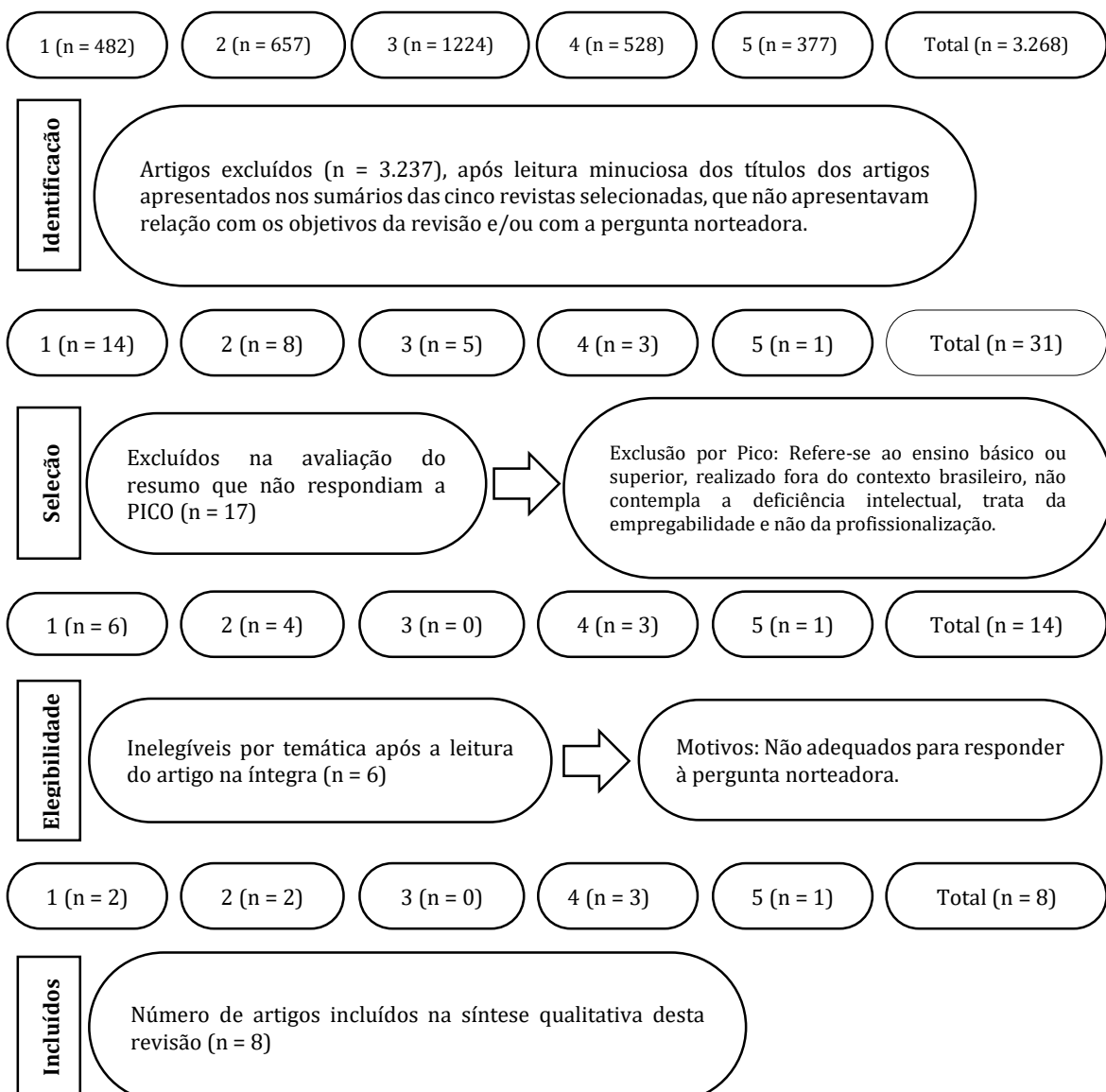
Estabelecido o *corpus* desta revisão, todos os artigos que o compõem, foram lidos na sua totalidade e, então, organizados em um quadro síntese, possibilitando melhor visibilidade aos principais atributos de cada publicação. O quadro apresenta o título do artigo; o periódico; os autores; o ano de publicação; o local do estudo; os participantes; o tipo e o objetivo do estudo; bem como uma sinopse dos principais resultados (Quadro 2).

A partir da síntese dos resultados, o processo de análise dos dados foi iniciado, comparando os dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico.

Resultados

Foram publicados nos cinco periódicos selecionados, no período compreendido entre janeiro de 2011 a abril de 2022, um total de 3.268 artigos (Figura 1). Deste total, 3.237 foram excluídos após leitura minuciosa dos títulos nos sumários, por não apresentarem relação com o tema, com os objetivos da revisão e/ou com a pergunta norteadora.

Figura 1 – Fluxograma das etapas realizadas na seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Seguindo a análise da busca por evidências, dos 31 artigos restantes, 17 foram excluídos após a leitura dos resumos. A exclusão nesta etapa se deu por não apresentarem relação com os critérios previamente estabelecidos por PICO, fazendo referência ao ensino básico ou superior, realizado fora do contexto brasileiro, não contemplando a DI e com foco na empregabilidade e não na profissionalização.

Após a leitura na íntegra, dos 14 artigos restantes, 6 foram excluídos por não atenderem os critérios de inclusão, restando, então, 8 artigos que foram incluídos na síntese qualitativa desta revisão, que respondem adequadamente à questão de investigação proposta.

Dos 8 artigos incluídos na revisão integrativa, 2 encontravam-se publicados na Revista Brasileira de Educação Especial, 2 na Revista Educação Especial, 3 na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação e 1 no Journal of Research in Special Educational Needs.

Quanto ao ano de publicação, apenas 1 artigo foi encontrado nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2019 respectivamente e dois artigos nos anos de 2018 e 2020, indicando certa escassez de publicações relacionadas ao tema no período delimitado para a busca dos estudos, nos 5 periódicos validados. A Tabela 1 apresenta a distribuição de artigos publicados nos periódicos, no período compreendido entre janeiro de 2011 a abril de 2022.

Tabela 1 – Apresentação do ano de publicação dos artigos em cada periódico (2011/2022)

Periódico	Rev. Bras. Ed. Esp.	Rev. Ed. Esp.	IJDDE	RIAEE	JORSEN	Nº Total de Artigos
Ano						
2011	-	-	-	-	-	0
2012	-	-	-	-	-	0
2013	-	-	-	-	-	0
2014	-	-	-	-	-	0
2015	-	-	-	1	-	1
2016	-	-	-	-	1	1
2017	-	-	-	1	-	1
2018	1	1	-	-	-	2
2019	-	1	-	-	-	1
2020	1	-	-	1	-	2
2021	-	-	-	-	-	0
2022 ²	-	-	-	-	-	0
Totais	2	2	0	3	1	8
	25%	25%	0%	37,5%	12,5%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

É importante ressaltar que foram identificados artigos no International Journal of Disability, Development and Education. Contudo, todos foram excluídos da revisão na fase de seleção.

Em relação ao tipo do estudo, 1 artigo estava assentado na investigação-ação, 1 no estudo de caso, 2 na análise documental, 1 na pesquisa bibliográfica, 2 referiam-se somente a estudo qualitativo e em 1 os autores não explicitaram o tipo de estudo realizado.

Em se tratando dos participantes do estudo, quando aplicável, foram realizadas diferentes abordagens com professores e estudantes em 3 dos artigos incluídos na revisão da literatura e, com responsáveis pelos estudantes e funcionários da instituição de ensino em 1 dos artigos.

No que se refere ao local do estudo, este item não é aplicável para 3 dos artigos incluídos na revisão da literatura, em função da tipologia utilizada. Contudo, observou-se uma predominância de desenvolvimento de estudos na região Sudeste,

² A busca de artigos no ano de 2022 foi realizada entre os meses de janeiro a abril.

mais especificamente nos estados de São Paulo (2), Rio de Janeiro (1) e Minas Gerais (1), seguida da região Sul, com o estado de Santa Catarina (1) e um estudo multicêntrico, abrangendo 18 estados brasileiros, não especificados no referido artigo. Ainda assim, nota-se pouca representatividade de estudos que abordam o tema profissionalização de pessoas com DI nas demais regiões brasileiras, a saber: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quadro 2 – Síntese dos artigos que compõem o corpus da revisão

Título do Artigo	Educação profissional: separar para incluir	Deficiência intelectual e educação profissional
Periódico	RIAAE	Jorsen
Autor(es)	MANICA L. E.; CALIMAN, G.	MASCARO, C. A. de A. C.
Ano	2015	2016
Local do Estudo	18 estados do Brasil	Rio de Janeiro
Participantes	Estudantes, com deficiência da educação profissional.	1 Professora, 3 Estudantes e seus respectivos responsáveis e 1 funcionário.
Tipo de Estudo	Não explicitado	Investigação-Ação
Objetivo	Investigar os limites e as possibilidades da prática inclusiva na Educação Profissional.	Analisar um curso de Formação Profissional para estudantes com DI em uma Escola Especial.
Sinopse dos principais resultados	A inclusão no Ensino Profissional pode ser um ato de exclusão.	É possível profissionalizar PcDIs utilizando novas metodologias de ensino e avaliação.

Título do Artigo	A educação profissional formal e não formal das pessoas com deficiência no Brasil	Pessoas com deficiência e a construção de estratégias comunitárias para promover a participação no mundo do trabalho
Periódico	RIAEE	Rev. Bras. Ed. Esp.
Autor(es)	MANICA, L. E.	AOKI, M.; SILVA, R. M.; SOUTO, A. C. F.; OLIVER, F. C.
Ano	2017	2018
Local do Estudo	Brasil	São Paulo
Participantes	Não se aplica	22 jovens com deficiência
Tipo de Estudo	Análise Documental	Estudo de Caso
Objetivo	Analisar a realidade brasileira quanto à educação profissional para PcD.	Analisar as contribuições de um projeto voltado para a capacitação e inclusão de PcD no mundo do trabalho.
Sinopse dos principais resultados	Impasse entre a exigência de escolaridade na Escola Regular e a não certificação na Escola Especial.	Experiência exitosa por meio de intervenção comunitária articulada com a família, serviços públicos e privados.
Título do Artigo	Pessoas com deficiência (PcD) egressas de uma formação profissional: trabalho e educação	Sobre a participação social da pessoa com deficiência intelectual
Periódico	RIAEE	Rev. Bras. Ed. Esp.
Autor(es)	MINAYO, M. C. de S.; DEMO, P.; SILVA, R. A. da	FREDERICO, J. C. C.; LAPLANE, A. L. F. de
Ano	2020	2020
Local do Estudo	São Paulo	Brasil
Participantes	28 egressos de Curso Profissional	Não se aplica
Tipo de Estudo	Estudo Bibliográfico, Documental e de Campo	Análise Documental
Objetivo	Apresentar, na concepção das PcDs, a contribuição de uma formação profissional para sua inclusão laboral.	Investigar formas de participação social e escolar das PcDIs.
Sinopse dos principais resultados	Valorizar potencialidades em detrimento das incapacidades possibilita a participação de PcDs no Ensino Profissional.	Baixo índice de alfabetização restringe formação e atuação profissional reforçando o estigma construído historicamente.

Título do Artigo	Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial	Qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual: perspectiva dos professores
Periódico	Rev. Ed. Esp.	Rev. Ed. Esp.
Autor(es)	TRENTIN, V. B.; RAITZ, T. R.	COSTA, M. C. de A.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de; FREITAS, M. C.
Ano	2018	2019
Local do Estudo	Santa Catarina	Minas Gerais
Participantes	4 Professores da Formação Profissional	47 professores de 21 Apaes de MG
Tipo de Estudo	Pesquisa de abordagem qualitativa	Estudo Qualiquantitativo - Survey
Objetivo	Analisar as contribuições da formação profissional na Escola Especial para a inclusão do PcDI no mercado de trabalho.	Investigar a percepção dos professores acerca da Qualificação Profissional para PcDIs nas Apaes.
Sinopse dos principais resultados	Escolaridade, família, barreiras atitudinais e preconceito. Descompasso entre ensino profissional e mercado de trabalho.	Professores para profissionalizar e não ocupar, o que perpetua a exclusão laboral. Família/BPC.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Foi realizada uma leitura atenta e crítica dos 8 artigos na íntegra. Os trabalhos apontaram diversos fatores associados aos obstáculos à profissionalização da PcDI. Estes fatores foram divididos em cinco categorias, a saber: i) o aparato legal; ii) o baixo nível de escolaridade da pessoa com deficiência; iii) o ambiente educacional, o método de ensino e avaliação; iv) pouco investimento na formação continuada dos professores; e v) o parco apoio familiar.

Observou-se uma significativa inter-relação entre as categorias estabelecidas, que serão discutidos a seguir.

Discussão

Os achados desta revisão integrativa da literatura revelaram a complexidade que é identificar os obstáculos à profissionalização da PcDI. Esta análise exige considerar a diversidade de fatores que se colocam como barreiras, impedindo ou dificultando o acesso, a permanência e o sucesso deste público no Ensino Profissional.

Neste contexto, a leitura minuciosa dos artigos que compõem o *corpus* desta revisão, identificou os seguintes fatores como obstáculos na profissionalização da PcDI, que foram divididos nas seguintes categorias de análise:

APARATO LEGAL

No que tange a legislação, todos os estudos que compõem o corpus desta revisão ressaltaram o significativo aparato legal³ brasileiro, que legisla em prol das PcDs. Contudo, os autores estudados são unânimes quanto ao fato de que há um hiato entre os direitos assegurados na lei e a sua efetivação na prática.

Os obstáculos são visíveis, à medida que a legislação vigente assegura cotas para o Ensino Profissional integrado ao Ensino Médio e Superior nas Instituições Federais (FREDERICO; LAPLANE, 2020), enquanto esta população apresenta a menor taxa de alfabetização e de conclusão do Ensino Fundamental, que é requisito para o acesso (MANICA, 2017).

O acesso à Educação Profissional às PcDs que são analfabetas ou que possuem baixo nível de escolaridade é previsto na legislação, sendo atribuída às instituições de Educação Profissional e Tecnológica a oferta desses cursos. Contudo, Manica (2017) afirma que o número de atendimentos realizados em instituições comunitárias e não governamentais é superior aos realizados na Escola Profissional, mantida pelo governo, que não prioriza essa modalidade de ensino para atender este

3. Os autores fazem referências a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996), Lei de alteração da LDB (11.741/2008), Lei de Cotas (nº 8.213/1991), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei sobre a Organização da Assistência Social (nº 8.742/1993), Decreto nº 5.598 (2005) que Regulamenta a contratação de aprendizes, Decreto nº 3.298 (1999) que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Resolução nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e Lei de Reserva de vagas para pessoas com deficiência nos Institutos Federais (nº 13.409/2016).

público. E o obstáculo aqui, é que o governo nem sempre reconhece a legalidade destas instituições para capacitá-los e certificá-los. A não certificação acaba traduzindo-se também em mais um dos empecilhos para a inserção laboral da PcDI.

Ainda dentro do rol do aparato legal, Aoki et al. (2018), Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019), Trentin e Raitz (2018) e Frederico & Laplane (2020) apontam também como barreira à profissionalização da PcDI em seus estudos, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, assegurado por lei. Os trabalhos sinalizam que o BPC faz com que muitas famílias, mesmo contrariando a vontade dos filhos, não estimulem a sua profissionalização para serem, futuramente inseridos no mercado de trabalho, por receio de perderem o benefício e, também, pelo desconhecimento da possibilidade de suspensão temporária desse auxílio, ou por conhecerem a morosidade do processo para voltar a recebê-lo.

Trentin e Raitz (2018) e Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019) apuraram que o BPC é visto por profissionais que atuam na educação de PcDIs como um entrave na relação “jovem com deficiência, educação e trabalho”. Aoki et al. (2018) perceberam o benefício como um desestímulo à inclusão da PcDI no mercado de trabalho, mesmo com a Lei da Aprendizagem⁴ sendo uma alternativa para a Qualificação Profissional deste público.

Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019) observaram que o fato de muitos estudantes de Escolas da Rede Apae serem beneficiários do BPC, faz com que as Oficinas Protegidas, que deveriam profissionalizar os estudantes com DI, sejam ofertadas com cunho informal ou voltadas para as tarefas domésticas.

Apesar de todos esses entraves à profissionalização da PcDI que se relacionam com a legislação vigente, Minayo, Demo e Silva (2020) destacam o direito à profissionalização do jovem e o papel da sociedade na garantia destes direitos. Ressalta, ainda, que a formação profissional para esta população pode contribuir para uma mudança no cenário de exclusão-segregação por eles vivenciado.

⁴ Determina que jovens com deficiência, a partir dos 14 anos e sem limite de idade, possam trabalhar como aprendizes em empresas, enquanto frequentam instituição de ensino por até dois anos. Nessas circunstâncias, as PcD podem acumular o BPC com o salário.

BAIXO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O baixo nível de escolaridade das PcDs, de um modo em geral, é apontado nos estudos incluídos na presente revisão, como um grande obstáculo à sua profissionalização.

Manica (2017) e Manica e Caliman (2015) apresentam dados relevantes extraídos do último censo realizado no Brasil em 2010. Segundo os autores, 61,1% da população com pelo menos um dos tipos de deficiência, de 15 anos de idade ou mais, são pessoas sem instrução ou que possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Especificamente no caso das PcDIs, Frederico e Laplane (2020) afirmam que apenas 52,88% estão alfabetizadas, o que representa o menor índice entre as PcDs.

Essa baixa escolaridade os exclui do Ensino Profissional e das demais modalidades de ensino, pois sem a Educação Básica não é possível avançar na trajetória escolar.

Apesar da baixa escolaridade ser considerada um obstáculo à profissionalização da PcDI, em todos os estudos analisados na presente revisão, Mascaro (2016), Minayo, Demo e Silva (2020), apresentam resultados positivos sobre a participação de PcDI em cursos profissionalizantes nos seus estudos.

Mascaro (2016) afirma que a baixa escolaridade dos participantes do seu estudo não foi um obstáculo para a aprendizagem de tarefas práticas em contexto real, inerentes à Formação Profissional, enquanto no estudo de Minayo, Demo e Silva (2020), foram apontadas dificuldades com questões relacionadas ao raciocínio lógico e matemático e com o português, que podem estar ligadas à baixa escolaridade. O que também não foi um fator de impedimento para a Qualificação Profissional.

Segundo Frederico e Laplane (2020) a baixa escolaridade restringe a possibilidade de formação e, conseqüentemente, a sua participação no mercado de trabalho, reforçando, assim, o estigma já construído historicamente. Também é considerada por Mascaro (2016) e Trentin e Raitz (2018) como prenúncio de dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, aliada à falta de qualificação, o

apoio insuficiente das famílias, o preconceito e as barreiras atitudinais que dificultam ainda mais esse processo.

Contudo, Minayo, Demo e Silva (2020) reforçam que, além da aquisição de conhecimentos e habilidades, o grande diferencial na participação de PcDI em cursos profissionalizantes é o resgate de sua autoestima, por meio do reconhecimento de suas potencialidades e capacidades, mesmo com todas as barreiras impostas.

AMBIENTE EDUCACIONAL, MÉTODO DE ENSINO E AVALIAÇÃO

No contexto do ambiente educacional, o impasse se dá entre a Escola Regular e a Escola Especial, tendo como principal obstáculo para a formação profissional da PcDI na Escola Regular o acesso, cuja exigência é o Ensino Fundamental completo (MANICA; CALIMAN, 2015).

Manica (2017) revela que o número de PcDIs nas Escolas Profissionais e que são aceitos mesmo sendo analfabetos e com alguma deficiência é ainda muito baixo.

Além da exigência de escolaridade que o PcDI não atende, outro fator a se considerar na Escola Regular é o seu despreparo para receber pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade, de educadores com qualificação e de tecnologias assistivas. Os autores consideram, ainda, a dificuldade da Escola Regular em flexibilizar currículos, adaptar os conteúdos e as avaliações, bem como a ausência de uma política de formação e avaliação por competência, que se traduz em obstáculos para a permanência e sucesso na profissionalização da PcDI (AOKI et al., 2018; MANICA, 2017; MANICA, CALIMAN, 2015; FREDERICO, LAPLANE, 2020).

Na Escola Especial a formação profissional da PcDI tem estado historicamente a cargo das instituições especializadas. Estas instituições têm privilegiado as atividades manuais, artesanais e as práticas comportamentais, que mais se aproximam da terapia ocupacional, não respondendo à real demanda de profissionalização para o mercado de trabalho (AOKI et al., 2018; COSTA, CARVALHO-FREITAS E FREITAS, 2019; TRENTIN, RAITZ, 2018).

Outro obstáculo na profissionalização de estudantes com DI na Escola Especial apresentado por Manica (2017) é que, nem sempre, estas instituições

filantrópicas conseguem certificar e incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho que exige a escolaridade formal.

Há um consenso entre os autores de que estas instituições precisam ser mais bem aparelhadas e ressignificadas, para que ofereçam Qualificação Profissional que prepare de fato as PcDIs para se inserirem no mercado de trabalho (TRENTIN, RAITZ, 2018; MANICA e CALIMAN, 2015; MANICA 2017).

Mascaro (2016), Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019) e Trentin e Raitz (2018) consideram a importância de desenvolver metodologias de ensino adequadas e novas formas de avaliar os alunos, considerando suas dificuldades e potencialidades.

Manica e Caliman (2015), sugerem o estabelecimento de parcerias entre a Escola Regular de Educação Profissional e as Escolas Exclusivas de Educação Especial, para que haja uma complementação de saberes, em que Escolas Especializadas possam ensinar o que de melhor sabem fazer no atendimento especializado às PCDs e, que a Escola Regular, oferecesse a qualidade do Ensino Profissional.

FALTA DE INVESTIMENTOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES

O desafio dos professores na profissionalização da PcDI, segundo Manica (2017) está em fazer a diferença, com competência. Para isso, Manica e Caliman (2015) consideram fulcral capacitar amplamente os professores para atender a alunos com todos os tipos de necessidades.

Mascaro (2016) em seu estudo, destaca como um ponto positivo a busca da professora com experiência na Educação Especial por uma Formação Profissional, para que fosse possível atuar na profissionalização de PcDIs.

Este dado reforça, de acordo com os artigos analisados, que os professores que atuam na Educação Especial não possuem a *expertise* para atuar na formação profissional da PcDI, assim como os professores da Educação Profissional não estão capacitados para atuar com estudantes da Escola Especial.

Nesse sentido, Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019), Manica (2017) e Frederico e Laplane (2020) chamam a atenção para a necessidade de mais

investimentos na formação continuada dos professores que atuam no segmento da profissionalização da PcDI, para que as formações possam de fato exercer a função profissionalizante e não ocupacional, como apontado nos estudos.

Para Minayo, Demo e Silva (2020) e Frederico e Laplane (2020), a educação e a formação profissional de qualidade podem contribuir para uma mudança nesse cenário de exclusão das PcDIs. Os autores ressaltam que isso só é possível quando a escola faz investimentos no trabalho pedagógico, que perpassam pela valorização e capacitação de todos os envolvidos no processo educacional.

POUCO APOIO FAMILIAR

Trentin e Raitz (2018) destacam o importante papel da sociedade, do Estado e da família na inclusão educacional, social e econômica da PcD. Para as autoras, as famílias, aos poucos, passam a entender que esses sujeitos não precisam ficar segregados em seus domicílios e à escola especial.

As autoras reiteram o papel fundamental da formação para a inserção e permanência das PcDs no mercado de trabalho e também da necessidade de um planejamento de transição para a vida pós-escolar que envolva a escola, a família e o próprio jovem.

Contudo, os estudos aqui analisados, consideram que as famílias, geralmente, incentivam pouco a profissionalização e a conseqüente inserção da PcDI no mercado de trabalho.

Os autores chamam a atenção ao fato da superproteção e pouca autonomia que as famílias dão às PcDIs. Os pais são os responsáveis por tudo na vida dos filhos e não facultam a eles o poder de decidir a melhor escola, o tipo de escola e qual formação profissional escolher.

Há ainda a baixa expectativa dos familiares para a inclusão laboral, frequentemente, pelo desejo maior da família do que da própria PcDI, que ela continue recebendo, sem trabalhar, o BPC, mesmo quando já frequentou algum curso de formação profissional (MASCARO 2016; MANICA, 2017; AOKI et al., 2018).

Nesse aspecto, Aoki et al. (2018), Costa, Carvalho-Freitas e Freitas (2019), Trentin e Raitz (2018) e Frederico e Laplane (2020) consideram que muitas famílias

reconhecem o desejo e as potencialidades dos alunos em se formar profissionalmente, mas resistem à profissionalização de seus membros devido à dependência financeira deste benefício, em função da precariedade econômica de grande parte dessa população.

Os estudos de Aoki et al. (2018), Minayo, Demo e Silva. (2020) e Frederico e Laplane (2020) destacam mudanças atitudinais e efeitos positivos da participação da PcDI em um curso de formação profissional e conseqüentemente na sua inclusão laboral. Os autores observaram a aquisição de novas atitudes, que resultaram na elevação da autoestima, autonomia, independência e possibilidades de tomada de decisões, ampliação das relações sociais e maior participação e valorização no âmbito familiar.

Nesse contexto, embora com abordagens distintas, Mascaro (2016) e Aoki et al. (2018) sugerem um trabalho colaborativo com as famílias das PcDIs, seja a nível institucional ou com base em intervenção comunitária, para ofertar apoios que possibilitem a transição para a vida pós-escolar das PcDIs.

Considerações finais

Os estudos analisados nesta revisão integrativa da literatura apontam para diversos fatores que estão intrinsecamente relacionados e que se colocam como obstáculos à profissionalização de PcDIs no Brasil.

Entre eles destacam-se a legislação vigente, no que tange a cotas e o BPC, a dificuldade de acesso ao ensino profissional na escola regular devido a exigência de escolaridade para um público, em sua maioria, sem escolaridade e analfabetos, o que os colocam em desigualdade de condições para avaliações somativas. O fato de que na escola especial as oficinas profissionalizantes mais ocupam do que efetivamente profissionalizam seus estudantes, além de não emitirem a devida certificação, por vezes exigida no mercado de trabalho é também visto como empecilho.

Há de se considerar, ainda, o pouco investimento em formação continuada dos professores e o despreparo das Escolas Regulares para atender as necessidades

educativas específicas dos estudantes com DI, seja adaptando ou flexibilizando currículos ou desenvolvendo novas maneiras de ensinar e avaliar este público.

Ressalta-se também a lacuna deixada pela ausência de apoio da família aos seus entes com deficiência intelectual que desejam a profissionalização e inserção no mercado de trabalho. Este pouco apoio se assenta ora no medo de perder o BPC, ora no excesso de proteção que os pais conferem aos seus filhos, sendo este também um obstáculo observado nos estudos.

É consenso nos estudos a necessidade de se garantir o acesso, a permanência e o sucesso das PcDIs no Ensino Profissional, seja na Escola Regular ou Escola Exclusiva de Educação Especial, como forma de inclusão e participação social, estimulando sua autonomia e autoestima.

É recomendado pelos autores o estabelecimento de parcerias entre as Escolas da Educação Especial e Escolas Profissionais, a fim de que ofereçam cursos de Qualificação, embasados em novas metodologias de ensino e avaliação, em que a dificuldade com conteúdos, não inviabilize a sua profissionalização e que a exigência de um nível de escolaridade não se constitua como pré-requisito à inserção em cursos de Qualificação Profissional e determinados postos de trabalho, podendo desta forma, ser flexibilizada.

Neste contexto, considera-se pertinente em que à medida que se tem o mapeamento dos obstáculos para a profissionalização das PcDIs no Brasil, ações estratégicas possam ser desenvolvidas, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em parceria com as Apaes, que se configurem em possibilidades efetivas para a Qualificação Profissional de PcDIs nos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Developing inclusive education systems: What are the levers for change? **Journal of Educational Change**, [online], v. 6 n. 2, p. 109-124. 2005. Disponível em: <<http://doi.org/10.1007/s10833-005-1298-4>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AINSCOW, M. Promoting inclusion and equity in education: Lessons from international experiences, **Nordic Journal of Studies in Educational Policy**, [online], v. 6 n. 1, p. 7-16, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/20020317.2020.172958>>. Acesso em: 10 mar. 2022

AOKI, M.; SILVA, R. M.; SOUTO, A. C. F.; OLIVER, F. C. Pessoas com deficiência e a construção de estratégias comunitárias para promover a participação no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 4, p. 517-534, out. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000400517&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2022.

COSTA, M. C. de A.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de; FREITAS, M. C. Qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual: perspectiva dos professores. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. e24/ 1-16, mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/29957>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FREDERICO, J. C. C.; LAPLANE, A. L. F. de. Sobre a participação social da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 26 n. 3, p. 465-480, jul./set. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382020000300465&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FLORIAN, L. On the necessary co-existence of special and inclusive education. **International Journal of Inclusive Educatio**, [online], v. 23 n. 7-8, p. 691-704, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13603116.2019.1622801>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GLAT, R.; ESTEF, S. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, p. 157-170, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

IACONO, J. P. Trajetória escolar, importância da apropriação do conhecimento científico e terminalidade acadêmica para alunos com deficiência intelectual. In: CONGRESSO PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016, Bauru, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Bauru, São Paulo: UNESP, 2016. Disponível em: <<http://www2.unesp.br#!/phcbauru>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MANICA, L. E.; CALIMAN, G. C. Educação profissional: separar para incluir? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 3, p. 680-697, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6947>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MANICA, L. E. A educação profissional formal e não formal das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1998–2023, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9320>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MASCARO, C. A. de A. C. Deficiência intelectual e educação profissional. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, (S1), p. 355-359, 2016. Disponível em: <<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12296>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAYO, M. C. de S.; DEMO, P.; SILVA, R. A. da. Pessoas com deficiência (PcD) egressas de uma formação profissional: Trabalho e educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1703–1729, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v15i4.13816Pessoas-com-Deficiencia-PcD-egressas-de-uma-formacao-profissional-trabalho-e-educacao.pdf> (researchgate.net)>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RICHLER, D. Including children with disabilities in education: Inertia or tipping point? **Global Partnership for Education**. Washington, 30 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.globalpartnership.org/blog/including-children-disabilities-education-inertia-or-tipping>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: _____. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 299-318.

RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. A formação profissional de pessoas com deficiência e suas repercussões na formação dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24 n. 3, p. 407-426, 2018 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/4qHTDVzKVPMbLYgdCmfXFwx/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, 2007. v. 15 n. 3, p. 508-511. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

TRENTIN, V. B.; RAITZ, T. R. Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 713–726, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28660>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. A revisão integrativa: Metodologia atualizada. **Diário da enfermagem avançada**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621>>. Acesso em: 20 abr. 2022.